

Aprovada na 965ª sessão

ALADI/CR/Ata 963  
9 de maio de 2007  
Horário: 10h05m às 11h20m

### ATA DA 963ª SESSÃO, ORDINÁRIA, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 961a. e 962a. sessões.
4. Relatórios das reuniões de peritos governamentais sobre:
  - Solução de Controvérsias (17-18 de abril de 2007) (ALADI/REG. SC/Relatório).
  - Regras de Origem (19-20 de abril de 2007) (ALADI/REG.RO/Relatório).
5. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.
6. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:
  - Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações.
  - Normas e Disciplinas.
  - Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração.
7. Relatórios da Secretaria-Geral sobre:
  - Oficina Regional sobre Facilitação do Comércio (20-21 de março de 2007) (Doc. Inf. 815/Rev. 1).

- Foro Regional ALADI-OMPI sobre proteção dos Conhecimentos Tradicionais, as Expressões Culturais Tradicionais (Folclore) e os Recursos Genéticos Conexos (26-27 de abril de 2007) (ALADISEC/di 2068).

8. Assuntos diversos.

- A Representação da Colômbia entrega um software elaborado por “Certicámara” da Colômbia para uso no plano COD.
- O Secretário-Geral informa sobre sua viagem de missão de serviço.

---

Preside:

MAX DE LA FUENTE PREM

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Guillermo Daniel Raimondi e Roxana Cecilia Sánchez (Argentina), Marcelo Janko Alvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia), Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Liliam Beatris Chagas de Moura, Ivana Marília Gurgel e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nunhez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Leonardo Carrão Eguiguren e Vladimir Jarrín (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México), María Inés Benítez Riera (Paraguay), Max de la Fuente Prem, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti, Jorge Luis Jure e Luján Barceló (Uruguai), Luisa López Moreno (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTE. Bom dia, senhores Representantes.

Antes de iniciar esta sessão número 963 do Comitê de Representantes, vou permitir-me fazer algumas breves reflexões que considero necessárias para compartilhar com os senhores.

O Governo do Peru assume hoje, por nosso intermédio, a Presidência do Comitê de Representantes, que junto com o Conselho de Ministros das Relações Exteriores e com a Conferência de Avaliação e Convergência, constitui um dos órgãos políticos da ALADI.

Nessa circunstância, e embora a Presidência seja, naturalmente, temporária, desejo manifestar alguns conceitos que gostaria, como disse anteriormente, de compartilhar com os senhores.

Assumo a Presidência deste Corpo com plena consciência das obrigações e deveres que isto acarreta, e procurarei exercê-la de forma harmônica com os interesses comuns de todos os países-membros, incluído, naturalmente, o meu, o Peru, sem prejuízo de afirmar que a partir deste momento farei todos os esforços a meu alcance para distinguir convenientemente entre minhas competências de Presidente e minhas funções de Representante Permanente do Peru.

Chego a estas funções pela democrática via da rotação e, portanto, tratarei de honrar, da Presidência do Comitê, o compromisso institucional que isso implica.

Certamente a simples leitura de nosso texto básico do Tratado de Montevideu 1980 seria suficiente para prover a Presidência de uma detalhada folha de roteiro neste caminho e de seqüência orgânica que reconhece em meus predecessores os mais válidos e efetivos indicadores da prática e experiência, portanto, senhores Representantes, da Presidência minha principal tarefa durante o período que corresponde ao Peru, será coordenar e presidir os trabalhos do Comitê no ano da convocação do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, órgão supremo da Associação, para o qual tenho a certeza de que contarei com sua plena cooperação e a necessária colaboração da Secretaria-Geral.

A preparação da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros, particularmente em nível de tarefas do Comitê, seu grupo de Alternos, Grupos de Trabalhos e, certamente, da reunião para convocar Altos Funcionários, que constituem, sem dúvida, parte essencial dos compromissos deste órgão político, com a conseguinte responsabilidade da Presidência, na condução dessas tarefas e respondem às prioridades que destaquei em minhas palavras de incorporação a este Corpo.

O Peru está intimamente comprometido com o processo de integração sub-regional, particularmente à luz de sua evolução e diálogo em todos os níveis.

A ALADI constitui um referente iniludível na integração regional e, portanto, servir a este compromisso sob a superior norma do devido respeito e apreço pelas idéias de todos seus membros configura o objetivo essencial desta Presidência.

Senhores Representantes, depois de comunicar estas reflexões que considere importantes, passamos ao exame da agenda da sessão no. 963 com o ponto 1 da agenda que é a aprovação da Ordem do Dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Inicia-se a sessão 963 do Comitê e submete-se a consideração a Ordem do Dia.

Não havendo observações, aprova-se a Ordem do Dia.

2. Assuntos em Pauta.

...Passamos ao ponto 2 "Assuntos em pauta".

Ofereço a palavra ao Secretário-Geral para que nos informe sobre os mesmos.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Como é costume neste órgão, solicito a palavra à senhora Sofia Camacho para que nos informe sobre os assuntos em pauta.

“1. Representação Permanente do Uruguai. Nota Nº 362, de 24/04/2007.

Comunica a designação da senhora Conselheiro Luján Barceló para cumprir funções nessa Representação.

2. Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas - IICA. Nota SG-DG 368, de 19/04/2007.

Comunica a designação do senhor Arnaldo E. Chibbaro como Observador junto à ALADI.

3. Representação Permanente do Brasil. Nota Nº 66, de 27/04/2007.

Comunica que o Sexagésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2 foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2437.

4. Representação Permanente do Chile. Nota Nº 29, de 20/04/2007.

Comunica que seu Governo cumpriu os trâmites de incorporação ao ordenamento jurídico do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 24.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2433.

5. Representação Permanente do Uruguai. Nota Nº 345, de 20/04/2007.

Comunica que foi incorporado a seu ordenamento jurídico o Sexagésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2 e anexo o Decreto do Poder Executivo.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2434.

6. MERCOSUL. Nota Nº SM277, de 12/04/2007.

Comunica que recebeu da República Federativa do Brasil nota confirmando a incorporação a sua legislação nacional da Resolução GMC 37/04, colocando em vigor nos Estados Partes o Quinquagésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2432.

7. Convites recebidos:

“Intendencia Municipal de Montevideo”, “Museo Municipal de Bellas Artes”. Nota de 13/04/2007. O Diretor Arquiteto Gabriel Peluffo, comunica a realização do "Encontro Regional de Arte/ Montevideu (Era 2007-2008)"

Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional (UNICITRAL). Nota de 20/04/2007. Convida o Secretário General como expositor na sessão de abertura do Congresso "Um novo direito para o comércio global" (Viena, 9-12/07/2007).

8. Contribuições recebidas para o Orçamento da Associação:

Representação Permanente da Argentina. Nota Nº 50/07, de 26/04/2007. Contribuição pela quantia de US\$ 863.694.- correspondente ao ano 2007.

9. Relatório final da Reunião de Peritos Governamentais sobre Solução de Controvérsias (ALADI/REG.SC/Relatório).

10. Relatório final da Reunião de Especialistas Governamentais sobre Regras de Origem (ALADI/ REG.RO/Relatório)

11. Oficina Regional sobre Facilitação do Comércio (Doc. Inf. 815/Rev. 1).

12. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária (ALADI/SEC/di 2064).

13. Relatório da situação financeira da Associação em 31 de março de 2007 (ALADI/SEC/di 2065).

14. Cumprimento do Programa de Atividades da Associação para o ano 2007(ALADI/SEC/di 2067).

15. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2436/Rev. 1).

16. Situação e perspectivas do processo de liberalização comercial: os compromissos subscritos pelos países-membros da ALADI (ALADI/SEC/dt 475).

17. Memorando de entendimento entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Universidade Autônoma de Ocidente (UAO)."

SECRETARIA (Sofía Camacho). Bom dia. Nos assuntos em pauta que constam da pasta dos senhores Representantes cabe destacar uma nota da Representação do Uruguai comunicando a designação da senhora Conselheiro Luján Barceló para cumprir funções nessa Representação.

O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas IICA comunica a designação do senhor Arnaldo E. Chibbaro como Observador junto à ALADI.

Corresponde destacar um convite da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional, UNICITRAL convidando o Secretário-Geral como expositor na sessão de abertura do Congresso "Um novo direito para o comércio global", a realizar-se em Viena, de 9 a 12 de julho deste ano.

Recebeu-se a contribuição da Representação da Argentina pela quantia de US\$ 863.694 correspondente ao ano 2007.

Após a publicação do documento de Assuntos em pauta recebeu-se uma nota da Representação Permanente do Peru comunicando que seu Governo designou o senhor Ministro Conselheiro Jorge Antonio Rosado La Torre para prestar serviços nessa Representação. Esses são todos os assuntos em pauta a serem destacados.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Sobre Assuntos em pauta, não neste momento, mas seria interessante analisar, no âmbito do Comitê o Memorando de

Entendimento entre a Secretaria-Geral e a Universidade Autônoma de Ocidente. Entendo que este ponto deve formar parte da construção do denominado pilar acadêmico, que é uma das missões que oportunamente nos encarregou o Conselho de Ministros na tarefa de abertura para a sociedade. Portanto, creio que merece uma consideração mais pormenorizada. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado senhor Representante da Argentina.

3. Consideração das atas correspondentes às 961a. e 962a. sessões.

...Se não há observações passamos ao ponto 3 da agenda, consideração das atas correspondentes às sessões 961 e 962.

Submete-se à consideração dos senhores Representantes.

Não havendo observações, aprovam-se.

4. Relatórios das reuniões de especialistas governamentais sobre:

- Solução de Controvérsias (17-18 de abril de 2007) (ALADI/REG.SC/Relatório).
- Regras de Origem (19-20 de abril de 2007) (ALADI/REG.RO/Relatório).

...A continuação o ponto 4 da agenda, passaremos a analisar os relatórios das reuniões de especialistas governamentais sobre Solução de Controvérsias e Regras de Origem.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Os relatórios constam dos documentos já distribuídos, que são submetidos à consideração dos senhores delegados.

Sobre este particular, temos dois relatórios sobre dois temas vinculados, notoriamente, ao acesso ao mercado como Solução de Controvérsias e Regras de Origem.

Vou limitar-me a fazer uma brevíssima referência a ambos, sem prejuízo de que os Subsecretários aqui presentes desejem dar-lhe um alcance maior, possam fazê-lo com sua autorização, senhor Presidente.

O tema relacionado à Solução de Controvérsias suscitou uma reunião de peritos governamentais os dias 17 e 18 de abril. A abertura esteve a cargo do doutor Isaac Maidana Quisbert como Secretário-Geral *ad interim* da ALADI. Nessa circunstância foi feita especial referência ao mandado emanado da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros, em particular as resultantes da Resolução 59 (XIII), de acordo com a conformação do Espaço de Livre Comércio, onde se manifestava, por parte do doutor Maidana, a necessidade de contar com normas e disciplinas comuns, no nível mais conveniente, naqueles aspectos que facilitem e estimulem o comércio, em conformidade com o parágrafo 14 da mencionada Resolução 59 (XIII).

Nesse sentido, também destacava-se, no momento de fazer o resumo dos trabalhos realizados para cumprir o mandado, o expressado a esse respeito na reunião de Altos

Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, realizada nos dias 4 e 5 de maio de 2006, na sede de nossa Associação e, em particular, salientava-se as encomendas dadas pelo Comitê de Representantes, quanto aos esforços de implementação no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas para identificar e propor modalidades que permitam a adoção de normas comuns em matéria de Solução de Controvérsias necessárias para a construção do Espaço de Livre Comércio.

Estimo, Presidente, que isto é quanto corresponderia, neste instante, à Secretaria expor, sem prejuízo, reitero, da anterior precisão, quanto a uma eventual ampliação disso se assim se considera necessário.

Em relação ao tema sobre Regras de Origem, a reunião realizou-se, também, em nossa sede, nos dias 19 e 20 de abril passado. Sabemos que ambas as reuniões são de especialistas governamentais, ou seja, são reuniões onde se une a especialização técnica e, ao mesmo tempo, a pertinência ao sistema de autoridades dos diferentes governos dos países-membros.

Este tema de origem também deu lugar a uma troca importante de opiniões, contou com a assistência dos dois Subsecretários da ALADI, bem como a do Chefe do Departamento de Acordos e Negociações, Eng. Carlos Longa, que encarregou-se da coordenação deste trabalho.

Com relação ao tema específico, senhor Presidente, e muito brevemente, cabe recordar que os especialistas consideraram os temas priorizados em matéria de regras de origem, pela reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, já mencionada em relatório anterior, em particular, sobre temas ligados a definições comuns sobre origem e procedimentos aduaneiros, relacionados com a origem, auto-certificação e acumulação.

Caberia, ainda, lembrar que o tema tem alcances técnicos que deram lugar a que os especialistas reunidos aqui, na ALADI, tenham considerado aprofundar na análise das implicações destes ou de outros cenários, a fim de levar ao conhecimento dos órgãos superiores da ALADI a evolução de seus trabalhos, razão pela qual sugeriram que estes trabalhos continuem mediante a realização de foros virtuais, eventualmente também reuniões presenciais e, nos casos que se considera necessário, pedido de cooperação técnica.

É tudo o que tenho para informar neste momento, sem prejuízo de reiterar o oferecimento anterior. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

#### 5. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.

...Passamos a considerar o ponto 5 da agenda que é o Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.

Nesse sentido tem a palavra a senhora Embaixador da Colômbia para informar sobre os resultados da reunião da Comissão de Orçamento por Programas para informar sobre os resultados da reunião da Comissão de Orçamento por Programas. O senhor tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigado, Presidente. Antes de começar permita-me felicitá-lo, também por seu novo cargo e garantir-lhe o apoio total

da Delegação da Colômbia para que esta função possa ser exercida com os resultados que nos propusemos obter neste semestre tão importante para a Associação.

Por outro lado, desejo anunciar que o relatório que consta das pastas dos senhores, da Presidência da Comissão de Orçamento por Programas, sofreu pequenas modificações que já solicitei sua introdução à Secretaria-Geral, portanto, serão distribuídas as novas páginas para poder ler corretamente o relatório.

Porém, começo como sempre, porque considero justo, senhor Presidente, agradecendo aos delegados das diferentes Representações e à Secretaria-Geral seu trabalho e a construtiva participação da sessão da Comissão de Orçamento por Programas.

Nesta oportunidade a Comissão de Orçamento por Programas reuniu-se no passado 25 de abril e com os documentos elaborados pela Secretaria-Geral fez as revisões correspondentes. Os documentos apresentados foram o No. 2045, sobre a Execução Orçamentária janeiro-dezembro 2006, No. 2046, sobre a Situação Financeira e Patrimonial da Associação em 31 de dezembro de 2006, No. 2046, sobre Fundo de Capital de Trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes, nos. 2055 e 2064, sobre a Execução Orçamentária dos períodos janeiro-fevereiro, o primeiro, e março-abril, o segundo, do presente ano, Nos. 2056 e 2065 sobre a Situação Financeira da Associação dos períodos janeiro-fevereiro, o primeiro e março-abril, o segundo, deste ano, No. 2053, sobre Cumprimento das Atividades por Programas correspondente ao período janeiro-dezembro 2006 e 2060 sobre Cumprimento de Atividades da Associação para o período janeiro-fevereiro de 2007.

Os nove documentos foram distribuídos pela Secretaria-Geral oportunamente, o qual agradecemos, e como anunciei em sua pasta figura o relatório pormenorizado da Presidência da Comissão. Portanto, em lugar de dar leitura ao mesmo, desejo destacar alguns aspectos. O número do relatório da Presidência da Comissão que peço seja levando em conta é o No. 2436/Ver. 2.

Os aspectos que desejo ressaltar são os seguintes: primeiro, os documentos, em geral, vem metodologicamente sendo aperfeiçoados, respondendo as preocupações das diferentes delegações nas sessões de trabalho da Comissão de Orçamento por Programas, tal como acontece com os formatos recentemente incluídos que apresenta as atividades que se realizam e são atribuídas a anteriores exercícios orçamentários. Temos como exemplo disso o quadro que detalha os pagamentos feitos e saldos pendentes aos consultores. É um formato novo criado pela Secretaria-Geral a pedido das delegações.

Segundo, nestas mesmas sessões, e com o ânimo de continuar ajustando nosso exercício, continuamos solicitando à Secretaria-Geral mais detalhes na apresentação dos relatórios tendentes à precisão e fácil identificação das atividades emanadas tanto da Secretaria-Geral quanto do Comitê de Representantes.

Como exemplo, fizemos várias solicitações sobre a conveniência de apresentar os termos de referência dos contratos realizados, a identificação do crédito orçamentário a que se atribuem, a numeração dada aos contratos e outros detalhes semelhantes. Igualmente considera-se oportuno refletir esta identificação, não apenas na formulação das atividades, mas no seu resultado. Seria o caso relacionado à solicitação feita para conhecer os resultados dos trabalhos elaborados pelos consultores.

A Comissão considerou muito importante procurar uma estreita coordenação entre os Grupos de Trabalho e os temas a serem estudados pelos consultores, procurando com isso trabalhar com a mesma ótica e com o mesmo programa.

Em relação a alguns aspectos, como os referentes à discussão das atividades da Associação, e no caso particular da separata da Revista Diplomacia, algumas Representações desejariam saber se poderiam participar da elaboração dessa separata. É importante lembrar que na comissão de Orçamento por Programas não apenas são analisados os aspectos financeiros e orçamentários da Associação, senão que o próprio exercício desta tarefa obriga a estudar cada um das ações e atividades que compreende nosso trabalho institucional, gerando a oportunidade sistêmica de ir ajustando nosso trabalho institucional, gerando a oportunidade sistêmica de ajustar nossos métodos de trabalho, com o ânimo de satisfazer, como se diz na linguagem gerencial moderna, o cliente interno, que somos todos nós. Esse é o espírito que prevalece e esse é o que aspiramos refletir nestes relatórios.

Desejo informar e lembrar ao Comitê que é comum, na prática das reuniões da Comissão, iniciar sua primeira sessão nos meses de março-abril de cada ano, já que o relatório de atividades de dezembro é publicado no mês de fevereiro e a partir desse mês continuam realizando-se mensalmente as sessões ordinárias, caso contrário sua frequência e seu ritmo se incrementarão nas oportunidades que assim correspondam.

Finalmente, devo informar ao Comitê que há consultas sobre o Programa de Atividades do ano 2006, assim como a parte executada de 2007, das quais se espera uma ampliação de informação, como consta do relatório apresentado aos senhores. A maioria destas preocupações consiste, basicamente, no conhecimento dos avanços de alguns estudos, de algumas outras razões e de atividades desenvolvidas mediante cooperação que, embora sejam tratadas na sessão da Comissão e conversadas com a Secretaria sabemos, e assim foi informado, que serão respondidas no relatório de abril, concretamente.

Muito obrigado, senhor Presidente e é tudo quanto tenho para dizer.

PRESIDENTE. Muito obrigado à distinta Representação da Colômbia e aproveito a oportunidade para, logicamente, agradecer as gentis palavras, seus votos no exercício da Presidência. Desejo destacar, antes de submeter a consideração o relatório, que a Secretaria-Geral já distribuiu a nova versão do Relatório com as siglas enunciadas pela Embaixadora da Colômbia, que foi submetido à consideração dos Representantes.

Submeto, então, à consideração dos senhores Representantes o relatório apresentado pela Embaixadora da Colômbia.

Não havendo observações, aprova-se o relatório apresentado.

6. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:

- Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações

...Passamos a considerar o ponto 6 da agenda, Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho. Primeiro sobre Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações. Nesse sentido, ofereço a palavra à Representação Permanente do Chile para a apresentação dos resultados obtidos nessa reunião.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, senhor Presidente.

Corresponde a nossa Representação coordenar este Grupo de Comércio Eletrônico e o de Normas e de Disciplinas, e se me permitem, farei uma exposição continuada, aproveitando um pouco o tempo.

Em primeiro lugar, queremos manifestar que ontem a Secretaria distribuiu o documento informal 822 às Representações com uma ajuda memória do estado de situação do tema certificação digital.

Em cumprimento da Resolução 313 do Comitê de Representantes, que gerou a necessidade de modificar os lineamentos de trabalho que tínhamos previsto até esse momento, em dezembro de 2006, e atendendo a necessidade de ajustar o desenvolvimento deste projeto, estas tarefas de ajuste determinaram, a partir de que momento é necessário realizar os trabalhos de desenvolvimento, de implementação em função de dois grandes linhas de ação, que estão claramente vinculadas e que são de tratamento simultâneo.

A primeira linha de ação está vinculada a toda a etapa técnica interna do projeto, entendendo-se por tal aquelas tarefas que visem materializar no campo da prática efetiva, todas as conclusões de decisões que no âmbito teórico adotaram o Grupo de Trabalho gerado no Foro Virtual.

Para ser mais específico ainda, trata-se de um conjunto de atividades que permitem comprovar se as conclusões teóricas estabelecidas nos trabalhos podem trasladar-se ao âmbito digital e após efetuado este traslado, estabelecer com rigorosidade as principais conseqüências que devem enfrentar os atuais sistemas informáticos utilizados pelos atores da certificação de origem, entidades habilitadas, aduanas, etc. Esta é a primeira linha de ação.

A segunda é, levando em conta que foi desenvolvido todo um nível de especificações técnicas e existindo ofertas, pelo menos de um país, sobre a necessidade e a disposição de fazer contribuições substantivas em matéria de informática, sem maiores custos para a Secretaria, consideramos importante abrir um cenário em termos regionais. Independentemente desta generosa oferta, acreditamos que seria interessante, se houver outros países interessados em melhorar o que definimos ou buscar um caminho que nos permita reunir todos os esforços. Estivemos pensando em fazer uma licitação, da qual participem os doze países interessados, membros da Associação.

Este é o cenário até o presente, a minuta da licitação está sendo revisada por um especialista, que é a segunda linha de ação e em relação à primeira, a Secretaria neste momento está estudando a possibilidade de recorrer a algum assessoramento externo para revisar o desenvolvimento dos programas ou dos sistemas informáticos que precisemos para sua implementação.

Reconheço que o Coordenador gostaria de tratar de “acelerar um pouco este tema”, este projeto, de longa data e as necessidades imperiosas no comércio internacional, mais pelos volumes que se estão obtendo, o fenômeno de desmantelamento das tarifas inter-regionais estão gerando uma dinâmica de negócios que torna cada vez mais imprescindível contar com sistemas facilitadores do comércio, no qual o certificado de origem digital é um deles. Tomara que amanhã possamos ter a fatura eletrônica, o *bill of lading*, e assim continuar com o processo de ir informatizando o comércio, pelo menos, intra-regional.

Esta é minha visão e para isso, mais uma vez, solicitamos o apoio da Secretaria e de todos os países para ajudar-nos a apressar estes tempos que se tornam cada vez mais

imperiosos porque a realidade dos fatos nos procurarão soluções bilaterais ou soluções parciais a um problema muito importante.

Para esses efeitos desenvolvemos um cronograma que não desejaria que fosse submetido a consideração nesse momento, já que contém uma visão um pouco de longo prazo ou de prazo médio para a implementação daquilo e creio que podemos fazer uma segunda leitura a fim de reduzir um pouco os prazos.

Isso é quanto aos trabalhos desenvolvidos em matéria de comércio eletrônico e certificação digital.

- Normas e Disciplinas.

...Agora, referindo-me a Normas e Disciplinas, nesta ocasião, na Ordem do Dia foram apresentadas em termos genéricos as atividades, mas em nossas atividades dentro o Grupo de Trabalho temos pendente ainda dois temas para discutir e nesse sentido vou informar parcialmente sobre o tema Normas e Disciplinas.

Como manifestou o Secretário-Geral, nós opinamos que as reuniões de especialistas que finalizam esta fase do programa de trabalho do Grupo de Normas e Disciplinas, já que há quase dois anos que está trabalhando, e conforme o mandado do Conselho de Ministros, ativamos instâncias que requerem de um mandado político para definir alguns temas relacionados com a definição do espaço de comércio, com o âmbito de aplicação e creio que essas são definições sobre as quais devemos refletir nos próximos meses, para poder obter um mandado futuro do Conselho de Ministros muito claro para saber onde queremos chegar.

Os especialistas deram muita importância a estas matérias, eles têm grandes coincidências, creio que em 70 ou 80% vão se gerando corpos nas normas e disciplinas, mas requerem definições de caráter político que eles não tem por que tomar, e entendem que são de uma instância superior e isto deverá ser discutido entre nós para elaborar normas comuns, se possível e, de alguma maneira, onde vamos ter estas normas comuns, tanto Salvaguardas, Controvérsias, como Origem.

Creio que a experiência foi rica, valiosa. É verdade que gastamos dinheiro para fazer estas três reuniões que não deixa de ser importante, mas o acervo teórico que hoje tem a Secretaria nestas matérias, não existia meses atrás e isto creio que é um material que permanecerá no tempo em função das decisões políticas que adotemos.

Por enquanto, desejaria deixar assim este relatório, enquanto não finalizemos de tratar os temas no Grupo de Trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação do Chile pela apresentação dos relatórios que acabamos de escutar. Tomamos nota de que essa distinta Representação tem a intenção de ampliar mais adiante o segundo relatório.

- Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração.

...A continuação nos dedicaremos a escutar o tema Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração e, nesse sentido, oferecemos a palavra ao Representante Permanente da Argentina, para a apresentação dos resultados obtidos nessa reunião.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Francamente, senhor Presidente, não tínhamos previsto fazer uso da palavra no dia de hoje, de qualquer maneira vou tratar de fazer uma análise sucinta do que avanço obtido pelo Grupo de Trabalho de Forças Produtivas, que se reuniu ontem e reunir-se-á novamente amanhã. Estamos, neste momento, concentrados na elaboração do que deveria ser o documento emanado dos Alternos, com vistas à reunião de Altos Funcionários.

Como todos sabem, durante o período trabalhamos no Grupo de Trabalho essencialmente no Conselho Assessor trabalhista, no Conselho Assessor Empresarial e necessitaríamos, em algum momento, coordenar tarefas com a Secretaria-Geral que foi a responsável de trabalhar na construção do denominado pilar acadêmico.

Considero que, por enquanto, não tenho nada mais para informar, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante da Argentina. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Com relação ao denominado pilar acadêmico, considero importante compartilhar com os senhores Representantes e delegados, que a Secretaria esteve efetuando uma tarefa fundamentalmente de investigação das possibilidades de cooperação em nível inter-universitário, com diferentes países-membros e enviamos todo esse material à Presidência do Grupo de Forças Produtivas, para entrar na área mais específica da determinação de algumas pautas ou orientações gerais a fim de estabelecer os níveis dessa cooperação e coordenação.

Desejo assinalar isto porque o trabalho admite duas instâncias, uma primeira, que surge da própria letra das disposições da Resolução 59 (XIII), que é precisamente a difusão e extensão e uma segunda instância, a cargo do Comitê, ligada à fixação de políticas em matéria de cooperação inter-acadêmica e inter-universitária em nível superior.

Portanto, a Secretaria está em condições de manifestar a este Corpo, por seu intermédio, senhor Presidente, que já existe um trabalho, uma primeira etapa que ainda não é universal, porque não abrange a totalidade dos países-membros, mas que, precisamente, já na medida em que oferece uma base demonstrativa dos níveis aos quais podemos atingir nesta matéria, do próprio Grupo de Forças Produtivas, creio que poderiam ser geradas idéias suficientemente claras e produtivas para continuar com este processo, que consideramos, não porque o façamos originalmente, mas porque em seu momento o Conselho de Ministros avaliou como um dos pilares da integração regional.

Desejaria dar esta informação porquanto há uma quantidade de atividades cumpridas, algumas em processo, inclusive há cursos, experiências, atividades e temos completado um pormenorizado relatório ao senhor Presidente da reunião do Grupo respectivo para que este possa dispor sobre o particular. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral, por este esclarecimento e submeteria à consideração dos senhores Representantes os relatórios dos coordenadores dos Grupos de Trabalho que me antecederam no uso da palavra.

Tem a palavra o senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Queria agradecer e destacar o relatório da Delegação do Chile sobre o tema de comércio eletrônico e especificamente de certificado digital.

Creio que este seria um salto qualitativo importante, como elemento facilitador de comércio, como manifestava a Delegação do Chile. Acredito que se a ALADI pudesse estabelecer um mecanismo adequado para o tema, estaríamos fazendo uma contribuição importante aos processos de integração na região. Portanto, creio que é um dos temas sobre os que devemos estabelecer uma ação prioritária.

Digo isto porque, logicamente, temos a responsabilidade de trabalhar de forma simultânea e paralela todas as orientações que surgiram do Conselho de Ministros e que constam, como todos sabemos, das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII). Mas, também está claro que na medida em que desenvolvemos estas instruções, há temas nos que podemos avançar mais facilmente, outros que, por sua complexidade, ou porque não foi suficientemente tratado politicamente, não estamos preparados para avançar ao mesmo ritmo, às vezes se trata até de elementos extra-regionais que estão incidindo porque, por exemplo, quando falamos de um ELC, ninguém pode ignorar que as dificuldades que está sofrendo a Rodada de Doha também tem incidência em tudo.

Digo isto, senhor Presidente, porque embora nossa responsabilidade seja levar adiante este trabalho, isto não implica que não fixemos prioridades em função das urgências e dos tempos que temos e da eficácia dos resultados. E, francamente, creio, insisto, em que o tema da certificação digital é muito importante e gostaria de que, como decisão política, o Comitê pensasse na possibilidade de emitir a instrução de priorizar estes temas e alguns outros.

Desejo manifestar que, em definitivo, estamos mais ou menos a um mês da reunião de Altos Funcionários, estamos a poucos meses da reunião da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros e creio que deveríamos trabalhar, fundamentalmente, sobre aquele já tiveram determinado nível de desenvolvimento, priorizar esses temas para poder chegar à reunião do Conselho de Ministros com os resultados concretos o mais nítidos possível.

Sei que isto não é uma tarefa simples, porque se os temas estão incluídos em uma agenda é porque há uma instrução política desses temas, que não é uma tarefa simples, mas o mesmo acontece com os orçamentos que nunca alcançam para cumprir todas as necessidades, com o tempo acontece que tampouco alcança para cobrir todas as necessidades. Portanto, talvez seria bom e estou convidando para a reflexão sobre isto, que no mesmo Grupo de Alternos encarregado da redação do documento se começasse a debater sobre uma espécie de priorização dos temas, porque com todos ao mesmo tempo e com a mesma intensidade não poderemos chegar e considero que é uma realidade saber que não podemos chegar com todo no mesmo nível de desenvolvimento e que corresponderia estabelecer os caminhos principais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço suas palavras, senhor Representante da Argentina, que considero muito sábias e vou encarregar necessidades. Portanto, talvez, seria bom e estou convidando-os à refletir sobre isto, que no mesmo Grupo de Alternos, encarregado da redação do documento, se começasse a debater sobre uma espécie de priorização dos temas, porque com todos ao mesmo tempo e com a mesma intensidade não poderemos chegar e considero que é uma realidade saber que não podemos chegar à Coordenação do Grupo de Alternos que submetam a consideração estas sugestões para, talvez, poder priorizar os temas, com vistas ao cronogramas das futuras reuniões políticas de Alto Nível e do Conselho de Ministros.

Portanto, submeteria a consideração dos senhores Representantes os relatórios apresentados com os comentários feitos.

O senhor Representante do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Muito obrigado. Era para fazer um breve comentário. Queria aderir às palavras da Representação da Argentina, e ao mesmo tempo, reforçá-las com parte do relatório que acaba de fazer o Coordenador do Grupo sobre Normas e Disciplinas, que agradeço, assim como o anterior.

O Coordenador mencionava o importante acervo obtido nos últimos anos na ALADI em relação aos temas que deveríamos encarar neste momento que estamos tratando de constituir o Espaço de Livre Comércio no seio da ALADI, passando por uma reunião de Altos Funcionários e posteriormente pelo Conselho de Ministros.

Esse acervo se enriqueceu, particularmente, nos últimos tempos, porque se trata não apenas das deliberações efetuadas sobre Normas e Disciplinas, que são as que desejo destacar especialmente, ultimamente, mas com os trabalhos dos consultores, que recentemente recebemos sobre as linhas de trabalho vinculadas ao Espaço de Livre Comércio, que imagino serão objeto de apresentação em algum momento e, ao mesmo tempo, de discussão no Comitê, porque os considero que alguns deles são realmente fundamentais para as futuras tarefas a serem encaradas.

Nesse sentido, queria resgatar o mencionado pelo Coordenador do Grupo no sentido de pedir a este Corpo e aos países, definições políticas urgentes, para as definições políticas que necessitamos e que estão reclamando os peritos das três reuniões realizadas até o presente.

Creio que estamos em um período particularmente importante. Neste ano serão definidas algumas condicionantes externas que mencionava o Representante da Argentina, por exemplo, haverá alguma conclusão em relação à Rodada de Doha na OMC, o qual delineará, de forma total, o panorama internacional e o ambiente no qual haverá que tomar estas decisões e, ao mesmo tempo, estaremos considerando a constituição do Espaço de Livre Comércio e submetendo à consideração de nossos Ministros iniciativas para que isso seja concretizado em uma rodada de negociações, enfim, para que dêem delineamentos políticos concretos de trabalho, a fim de levar adiante a concretização da encomenda que nos deram em 2004.

Nesse sentido, desejo resgatar e salientar o pedido da Delegação do Chile de ir além do que foi feito até o presente e chegar a definições políticas que permitam realmente aprofundar o trabalho que se esteve fazendo até o presente e que finalizou com as reuniões de especialistas. Mais nada, senhor Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do Uruguai. A Presidência toma devida nota de suas oportunas reflexões, que as transmito, logicamente, aos senhores Representantes.

7. Relatórios da Secretaria-Geral sobre:

- Oficina Regional sobre Facilitação do Comércio (20-21 de março de 2007) (Doc. Inf. 815/Rev. 1).
- Foro Regional ALADI-OMPI sobre proteção dos Conhecimentos Tradicionais, as Expressões Culturais Tradicionais (Folclore) e os Recursos Genéticos Conexos (26-27 de abril de 2007) (ALADISEC/di 2068).

...Portanto, podemos passar ao ponto número 7 da Agenda, Relatório da Secretaria-Geral sobre Oficina Regional sobre Facilitação do Comércio e o Foro Regional ALADI-OMPI sobre proteção dos Conhecimentos Tradicionais, as Expressões Culturais Tradicionais (Folclore) e os Recursos Genéticos Conexos e perspectivas da cooperação regional.

Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral para falar sobre os relatórios acima mencionados.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Em relação à Oficina Regional sobre Facilitação do Comércio e o Foro Regional ALADI-OMPI sobre proteção dos Conhecimentos Tradicionais, etc., que aparece aqui no ponto 7 da Ordem do Dia, solicito a Vossa Senhoria que autorize o licenciado José Rivera Banuet, Subsecretário responsável pela área, para informar-nos a esse respeito. Obrigado.

SUBSECRETÁRIO (José Rivera Banuet). Obrigado, senhor Secretário-Geral. Obrigado, senhor Presidente.

Desejaria manifestar que em relação a este ponto, nos dias 20 e 21 de março passado realizou-se, na sede da ALADI, a Oficina Regional sobre Facilitação do Comércio organizado, de forma conjunta pela UNCTAD e pela Secretaria-Geral da ALADI.

Nessa reunião houve uma troca de opiniões entre os especialistas nacionais, particularmente das áreas aduaneiras e de comércio, onde, houve além dessa troca de opiniões e informação, o desenvolvimento de casos práticos e exercícios, que responde ao nome da própria Oficina.

No âmbito do evento reconheceu-se o fato de que a facilitação do comércio é cada vez mais importante no referente a competitividade por parte de nossos países em matéria de comércio internacional e que as demoras e incertezas nos portos e as passagens fronteiriças continuam sendo um obstáculo para o desenvolvimento do comércio.

O evento foi dirigido aos países-membros da ALADI e contou com a ampla presença de organismos internacionais pelo interesse sobre o tema, onde, de mesma maneira, dentre outros organismos participou a Organização Mundial do Comércio, organismos regionais e sub-regionais.

Um primeiro ponto referiu-se ao estado das negociações na OMC, onde se sabe que no ano 2004 iniciaram-se negociações nesta matéria e onde existe um acordo de início para aprofundar este tema e tratar de chegar a um acordo internacional, cujas modalidades foram examinadas e foram discutidas as posições correspondentes. Este âmbito multilateral está ligado aos esforços que estão sendo feitos em nível nacional e regional porque há um impacto e uma relação direta entre o que se pretende em nível multilateral e o que está sendo feito em nível latino-americano.

Um tema que também foi analisado na Oficina é o referente a que os tempos atuais estão requerendo maior segurança no comércio e se não temos um comércio fluído por temas aduaneiros e acrescentamos o tema da segurança, isto pode afetar seriamente nossa presença nos mercados internacionais.

Tratou-se de examinar a compatibilidade existente entre os esforços que estamos fazendo entre os diferentes países, entre o que está sendo feito nas sub-regiões e o que se pretende em nível multilateral como antes manifestei, destacando, os especialistas, que oficinas desta natureza seriam necessárias no futuro para aprofundar e ampliar a temática.

Finalmente, acrescentaria que esta Oficina contou com o apoio do Governo espanhol, canalizado por meio da Secretaria da UNCTAD, que previu, complementarmente e estamos iniciando conversações nesta matéria, para que possam realizar-se no decorrer do período 2007-2008 novas atividades com recursos do Governo espanhol e tudo isto, finalmente está relacionado com as tarefas que estamos realizando em matéria aduaneira na ALADI para este ano, com base nos mandados do Comitê de Representantes.

Muito obrigado, senhor Presidente. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradecemos à Secretaria-Geral pelo relatório recebido, faltaria o relatório do Foro Regional.

SUBSECRETÁRIO (José Rivera Banuet). Muito obrigado, senhor Presidente. Obrigado, Secretário-Geral.

No referente ao segundo relatório, queria manifestar que se refere ao Foro ALADI/OMPI sobre Proteção dos Conhecimentos Tradicionais, as expressões culturais tradicionais (folclore) os recursos genéticos conexos, perspectivas para a cooperação regional.

Esta Oficina realizou-se em 26 e 27 do passado mês de abril. Destacaria sobre este ponto que é a primeira vez que acontece que no âmbito da ALADI ou da ALALC são discutidos estes temas de proteção dos conhecimentos tradicionais.

O tema é de interesse internacional, é um tema analisado na OMPI, por meio de um grupo inter-governamental, onde creio que valeria a pena ressaltar alguns aspectos, o grupo asiático e grupo africano estão coordenados nestas matérias e, além disso, não há um grupo latino-americano que possa trabalhar de forma coordenada para apresentar posições regionais. Este tema foi tratado neste Foro, com a cooperação da OMPI e com a contribuição, para que participassem especialistas de diferentes países com suas exposições, particularmente do Brasil, Colômbia, Peru, Malásia e, inclusive, de África do Sul pela quantia de US\$ 80.000 para a mobilização destes especialistas, incluindo 5 funcionários da OMPI que também fizeram apresentações.

Manifestava que em nível regional não há uma coordenação na OMPI e assim destacaram os especialistas no debate deste tema, que é necessário maior coordenação regional, requer-se maior conhecimento sobre o que estão fazendo os organismos regionais para o qual foram convidados para expor a Organização do Tratado de

Cooperação Amazônica, a Comunidade Andina, a CAF e a própria ALADI, que apresentou um estado de situação sobre a matéria.

É necessário, também, fazer um levantamento, que não existe, segundo foi destacado na reunião, do referente às instituições e às leis sobre esse tema em nossa região, onde deveriam fazer-se muitos esforços para obter mais conhecimento e saber que estão fazendo nossos próprios países, o grau de êxito ou avanço existentes nesta matéria.

Pareceria que proteger nossos conhecimentos tradicionais, promovê-los e buscar cooperação para atingir estes objetivos é um tema relevante e, nesse sentido, houve muito interesse dos países em continuar realizando este tipo de reuniões, para o qual a OMPI ofereceu sua cooperação e seu apoio para posteriores eventos desta natureza. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Subsecretário. Antes de submeter a consideração a opinião dos senhores Representantes Permanentes sobre esses relatórios, o delegado do Brasil solicitou a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, senhor Presidente. Já que é a primeira vez que solicito a palavra hoje, não queria deixar de felicitá-lo pela Presidência e desejar-lhe muitos êxitos. Quanto a isso, quanto ao êxito, não tenho dúvidas porque está indo muito rápido, senhor Presidente. O senhor chegou depois de mim e já é Presidente.

- Hilaridade.

Queria perguntar se posso voltar atrás um pouco, ao relatório anterior, e fazer um comentário com relação ao relatório da Oficina Regional de Facilitação do Comércio. No documento distribuído aqui, no último parágrafo da página 2, fala-se da sessão de trabalho sobre a consideração do tema facilitação do comércio na OMC.

O relatório creio que aponta a uma coisa que a todos nós, em minha opinião, pelo menos, não poderíamos deixar de sentir uma certa incomodidade com isso, que é o fato de que na consideração do tema na OMC se tenha tratado, e diz aqui no relatório, a vinculação dos Representantes Permanente com suas respectivas capitais. Os funcionários da OMC vieram a um seminário, a um foro, que não é o adequado para fazer este tipo de denúncia, acusação ou críticas, para dizer que os Representantes Permanentes em Genebra, não temos boas vinculações com nossas próprias capitais. Creio que pode ser que esses funcionários da OMC tenham suas críticas ou algo assim sobre isso, mas estou certo de que isso não se aplicaria a nenhum país dos que estamos aqui.

Queria deixar isso somente registrado. Não creio que seja o foro para que os funcionários da OMC venham aqui para estar criticando as vinculações de trabalho internas entre nossos Representantes Permanentes e nossas capitais.

É como se viessem para aqui e dissessem que nós não temos relação positiva com nossas capitais, isso prejudica os trabalhos nossos aqui na ALADI, isso não é aceitável somente um registro e nada mais.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do Brasil por suas afetuosas palavras para a Presidência e certamente estou certo de que os atuais Representantes, aqui sentados, compartilhamos plenamente da sua moléstia pelo acontecido.

Tem a palavra o senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, senhor Presidente, agora sobre o Foro Regional sobre Proteção dos conhecimentos tradicionais.

Um ponto somente sobre isso, é que quando veio um especialista nosso para participar do seminário, ele depois foi a informar-me como tinham sido realizados os trabalhos nos seminários, manifestou-me que foi um seminário muito interessante, que podia ser de muita contribuição e com subsídios muito positivos para o tratamento deste tema por parte de meu país. Enviei o relatório do especialista para meu governo, mas uma coisa que ele se queixou é que não tinha tradução para o português e que teve que improvisar durante o seminário uma tradução, ele teve que falar em português, inclusive porque tinha outra pessoa que não falava espanhol, outros especialistas, haviam dois especialistas, então, teve que improvisar a tradutora de inglês uma tradução para o espanhol, o que não deixa de prejudicar a presença e a participação de uma delegação quando isso acontece.

Pediria que se pudesse contar sempre com a tradução para o português. Eu deveria estar falando em português agora, eu reconheço, mas isso é algo importante, se finalmente participamos de um seminário, creio que o mínimo que devemos poder ter é contar com a tradução de nossa delegação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do Brasil. Logicamente, passaremos sua justificada posição sobre as traduções à Secretaria-Geral. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado. Somente com fins de precisão ou de um maior esclarecimento deste ponto, que certamente devemos dar-lhe a importância que tem, participar de uma reunião com um déficit do ponto de vista de entendimento do idioma é, sem dúvida, um preço muito elevado que se paga.

Portanto, fazemos nossa a preocupação, mas somente nos permitimos pontualizar que a reunião seguiu o formato indicado pela OMPI, foi feita aqui nesta sede, nós demos o apoio secretarial e estaremos atentos para que em próximas reuniões esse apoio também possa incluir, e inclusive fazer participar, a própria OMPI que dá o apoio necessário para contemplar esse aspecto. Queria destacar isso, ou seja, que não é um projeto que nasceu aqui dentro, não é uma tarefa propriamente secretarial, senão que foi esse tipo de atividade. Queria manifestá-lo, mas tomando devida nota da observação do senhor Embaixador do Brasil.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

#### 8. Assuntos diversos.

...Submetemos à consideração dos Representantes o ponto Assuntos Diversos. Algum dos distintos Representantes tem temas para tratar?

Tem a palavra a Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigado, senhor presidente. Neste ponto desejo dar a magnífica notícia ao Comitê de Representantes e da posição de Representante da Colômbia, da entrega que o Ministério de Comércio Exterior da Colômbia está fazendo hoje à Secretaria-Geral, por meu intermédio, dos elementos de *software* elaborados pela Certicâmara da Colômbia em razão do plano piloto para a digitalização dos certificados de origem, levando em conta as definições das reuniões de trabalho realizadas pelo Grupo constituído na ALADI, permitindo a colocação em

andamento deste plano piloto com estes elementos para a realização dos certificados e a verificação dos mesmos.

Portanto, acreditamos que este é um impulso muito importante para o tema que estamos tratando e queríamos continuar fazendo gestões por meio da Secretaria-Geral e do Grupo liderado pelo Chile e constituído por todos nós para que seja devidamente implementado este processo, para que comece a funcionar e convidar os países para acompanhar este Plano Piloto. No caso da Colômbia e do Chile há um acordo para implementar em seu comércio bilateral, também, este esquema.

Portanto, entrego hoje este elemento de trabalho ao qual damos muita importância pelo impacto que possa ter em nosso propósito. Muito obrigado. Portanto, entrego hoje este elemento de trabalho ao qual damos muita importância pelo impacto que possa ter em nosso objetivo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixadora, por tão importante anúncio que valoramos todos em sua justa medida.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Então, isto concorda com o manifestado na minha intervenção no sentido de que devem ser revisados os cronogramas. E isso me satisfaz muito no pessoal e como cidadão desta região.

Obrigado, muito generoso, assim como a oferta feita anteriormente pelo Brasil, em sua oportunidade. Creio que são contribuições substantivas as de compartilhar o conhecimento intelectual, sem necessidade de ser vítima de uma demanda por parte de alguma transnacional. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigado, Presidente. Simplesmente a Delegação da Venezuela queria agradecer à Secretaria-Geral e aos diferentes Representantes das Representações Permanentes, Embaixadores e Alternos, e funcionários da Secretaria e das Representações por permitir-nos contribuir com o pilar acadêmico da Associação com a presença de alguns professores venezuelanos convidados, que pudemos incorporar em algumas atividades da ALADI a semana passada. Falo do professor Luis Britto García que esteve no curso de formação de funcionários da ALADI e o professor Roberto Hernández Montoya, Presidente do Centro de Estudos Latino-Americanos Rómulo Gallegos, com o qual a Associação têm um convênio de cooperação.

Muito agradecemos, também. Além disso, apoiámos a importância de continuar fortalecendo na Associação o pilar acadêmico e que cada vez mais os países possamos aproveitar as visitas de algumas pessoas de nossos países que tenham uma tarefa docente e de investigação em diferentes âmbitos da integração, como é o tema, logicamente, cultural e outros que não são estritamente econômico-comerciais para contribuir com o aprofundamento dos laços da Associação com instituições de nossos países. Portanto, muito agradecemos que nos tenham permitido participar destes espaços na Associação.

PRESIDENTE. Muito obrigado à distinta Representação da Venezuela.

Estamos no ponto 8, Assuntos diversos, os senhores Representantes tem alguma observação a este ponto?

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Simplemente para informar a este Corpo que no que se refere às atividades cumpridas no mês de abril fora da Sede, participei da Vigésima Oitava Sessão do Conselho de Direção da UNIDROIT, como membro desse Conselho, de 16 a 18 de abril, em Roma, e como expositor, do Congresso, organizado pelo Instituto Suíço de Direito Comparado e pela Universidade de Montevideu sobre os investimentos no Atlântico Sul expondo o tema Solução de Controvérsias.

É o que queria manifestar, sem prejuízo de que está a disposição daqueles que tiverem interesse sobre o tema, a exposição feita no Instituto Suíço de Direito Comparado, tanto em sua versão em inglês como em sua versão em espanhol. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Não havendo outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão.

---